

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

**SAÚDE MENTAL E AS DIVERGÊNCIAS NO CUIDADO AO DEPENDENTE
QUÍMICO**

André Henrique Scarafiz, (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil); Rodrigo Cesar Costa (Doutorando em Psicologia pela Unesp/Assis, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Assis-SP, Brasil).

contato: andre.psico01@gmail.com

O presente artigo objetiva apresentar as propostas e diretrizes da Política Nacional Sobre Drogas e mostrar a forma de tratamento das Comunidades Terapêuticas como um recurso de parceria da Saúde Pública no combate ao uso de substâncias psicoativas, porém pouco utilizada sugerindo a existência de uma contradição entre a política e a efetivação desta. O objetivo maior dessa Política é a implantação de programas que vão de encontro com a redução da demanda e a redução dos danos, ou seja, é a diminuição da incidência na droga (programas de prevenção), bem como recuperação dos que já fazem uso da droga (tratamento, recuperação e reinserção social). Sabe-se que a Lei 11.343/06 é um reflexo dessa perspectiva que prioriza os cuidados na prevenção, atenção e reinserção social, além de fazer distinções entre usuários, dependentes e traficantes, contemplando também reformulações na pena por infrações que envolvam a droga. Por outro lado, passa a considerar e incentivar a promoção de trabalhos alternativos à saúde pública no intuito de diminuir as incidências e os riscos da droga para a sociedade como um todo. O grande embate surge quando os serviços da saúde pública (CAPSad, Hospitais Psiquiátricos, dentre outros) responsáveis pelo combate à dependência química, pouco (ou não) se utilizam de serviços alternativos como as Comunidades Terapêuticas. Atualmente, a grande maioria das Comunidades Terapêuticas já conseguiu romper com os modelos metodológicos ancestrais os quais se encontram em desajustes com tratamento de indivíduos que vivem e se fazem na pós-modernidade. Sendo assim, as Comunidades Terapêuticas agregaram recursos para estar lidando com o problema da dependência química que se apresenta cada vez mais complexo. Para tanto, profissionais de diversas áreas passaram a fazer parte do quadro de funcionários das CTs e, nos dias de hoje, é possível encontrar equipes multidisciplinares com médicos psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, além de pedagogos, educadores físicos, músicos, professores de cursos profissionalizantes, entre outros profissionais na perspectiva da abstinência total. Conclui-se que, diante de todos os aspectos levantados neste ensaio, cabe o questionamento sobre que tipo de cuidado se tem pensado no Brasil para o dependente de substâncias psicoativas. Ao mesmo tempo em que existe uma lei que favorece o trabalho em conjunto com outros tipos de tratamentos que não a redução de danos, tem-se os recursos disponíveis das Comunidades Terapêuticas, porém pouco utilizados. Ainda faltam uma conscientização maior sobre a questão das drogas na contemporaneidade, no qual deve-se superar crenças retrógradas sobre as drogas e trabalhar levando em consideração o diálogo e a complexidade do fenômeno que, infelizmente, prejudica muitas pessoas e seus familiares.

Palavras-chave: Drogadição. Tratamento. Saúde mental.